

Estado do Rio Grande do Sul

CONTRATO DE RATEIO Nº 034/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2865/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2025

Entre o MUNICÍPIO DE PAVERAMA e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO CAÍ – CIS/CAI, para pagamento de despesas para custeio do Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí – CIS/CAÍ.

Que fazem, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PAVERAMA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 91.693.317/0001-06, neste ato representada pela Prefeita Municipal, Sra. MICHELE CAROLINE DE VARGAS, brasileira, inscrita no CPF nº 013.738.720-20, portadora da Cédula de Identidade sob nº 7083723994, expedida pela SSP/DI RS, residente e domiciliada neste Município, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, de outro lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO CAÍ** – **CIS/CAÍ**, inscrito no CNPJ sob o nº 07.662.324/0001-34, sediado na Rua Osvaldo Aranha, nº 4520, prédio 03, Bairro Olaria, em Montenegro/RS, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por seu diretor o Sr. CARLOS ALBERTO FINK, conforme atos constitutivos do consórcio, ora em diante denominado de **CONTRATADA**, ajustam o presente Contrato, que será executado de forma indireta, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 1.319/2024, <u>Protocolo nº 2.865/2025</u>, com a adoção das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- **1.1.** Regem o presente Contrato não só as cláusulas e condições nele inseridas, como também a Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, especialmente as do Título III Dos Contratos Administrativos, que se referem os artigos 89 a 154 ficando as partes contratantes sujeitas ao estrito cumprimento das cláusulas ora avençadas e das normas aqui citadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- **1.2.** O processo de <u>Dispensa de Licitação nº 024/2025</u>, e seus anexos, especificações e demais condições e prazos contidos na proposta, passam a integrar o presente contrato, para todos os efeitos de direito, uma vez que a contratada continuará vinculada ao cumprimento do que apresentou na proposta de preços até o término do prazo contratual.



Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1. O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do CONSÓRCIO entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8.º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

Parágrafo Único. Consideram-se despesas do CONSÓRCIO, entre outras:

- I custos despendidos na aquisição, instalação e manutenção de equipamentos e manutenção das instalações do CISCAÍ;
- II custos despendidos na execução do objeto e das finalidades do CONSÓRCIO previstos no contrato de consórcio público respectivo;
- III custos despendidos na remuneração de empregados, nela incluídas as obrigações trabalhistas (FGTS) e fiscais (INSS) patronais;
- IV manutenção, seguro, combustível de veículo do Consórcio;
- V despesas e diárias dos empregados do Consórcio para participar de cursos, congressos, reuniões, audiências e encontros.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES:

- **3.1.** Fica estabelecido que, a título de rateio das despesas do CONSÓRCIO, o CONSORCIADO repassará mensalmente ao CISCAÍ uma quota de contribuição no valor de **R\$ 0,45/habitante** (quarenta e cinco centavos) por habitante.
- **3.2.** O valor da quota de contribuição estabelecida nesta cláusula poderá ser alterado por decisão fundamentada do Conselho de Prefeitos para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento, nos termos do art. 14 do Estatuto do CONSÓRCIO.
- **3.3. No mês de novembro**, o valor da quota de contribuição será de **R\$ 0,90/habitante** (noventa centavos) por habitante para atender às despesas com 13° salário e férias dos empregados do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

- **4.1.** O valor mensal a ser repassado pelo Município será de **R\$ 3.590,10** (**três mil, quinhentos e noventa reais e dez centavos**), considerando-se o número de 7.978 habitantes, conforme informações colhidas no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 7.º mês de 2024, disponibilizada pelo Poder Legislativo local.
- **4.2.** No mês de novembro o valor será de **R\$ 7.180,20 (sete mil, cento e oitenta reais e vinte centavos)**.
- **4.3.** O valor total do presente contrato de rateio é de **R\$ 14.360,40 (quatorze mil, trezentos e sessenta reais e quarenta centavos)**.



Estado do Rio Grande do Sul

4.4. O valor mensal a ser repassado pelo CONSORCIADO deverá ocorrer por meio de pagamento de boleto bancário emitido pelo Consórcio ou por depósito em conta bancária do SICREDI, Banco 748, agência 0119 – Montenegro, conta corrente nº 59353-4 – Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí – CISCAÍ, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ nº 07.662.324/0001-34, até o 21º dia do mês em execução.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES:

5.1. O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento sujeita o CONSORCIADO faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio, Estatuto do CONSÓRCIO e art. 8°, § 5° da Lei Federal n.° 11.107, de 2005.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECURSO FINANCEIRO:

6.1. As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do CONSORCIADO.

Rateio pela participação de consórcio público	Saldo Disponível
- Despesa: 1405 / Projeto: 2044 / Classificação: 3.3.1.71.70.0.0.00.00.00 / Recurso: 40	R\$ 2.208,00
- Despesa: 740 / Projeto: 2044 / Classificação: 3.3.3.71.70.0.0.00.00.00 / Recurso: 40	R\$ 12.053,36
- Despesa: 1406 / Projeto: 2044 / Classificação: 3.4.4.71.70.0.0.00.00.00 / Recurso: 40	R\$ 341,00

Parágrafo Único. A celebração do presente contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa insculpido no art. 10, inc. XV, da Lei Federal nº 8.429, de 1992.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INADIMPLÊNCIA:

7.1. Em caso de inadimplência, superior a 60 (sessenta) dias, poderá ocorrer a suspensão do fornecimento de medicamentos, materiais de consumo e odontológicos, inclusive a prestação dos serviços, dentre eles consultas e exames.

CLÁUSULA OITATA - DA VIGÊNCIA:

8.1. O presente instrumento **terá vigência de 10 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado**, todavia, rescindido automaticamente no caso de o CONSORCIADO deixar de integrar o CONSÓRCIO, desde que atendidas as formalidades estabelecidas nos arts. 8.°, § 5.°, 11 e 12, § 2.°, da Lei n.º 11.107, de 2005.

CLÁUSULA NONA - DO FORO:



Estado do Rio Grande do Sul

9.1. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Teutônia/RS para dirimir dúvidas emergentes do presente acordo.

E, por estarem justas e acordadas, assinam eletronicamente o presente instrumento.

Paverama/RS, 10 de outubro de 2025.

CONSORCIADO MUNICÍPIO DE PAVERAMA MICHELE CAROLINE DE VARGAS PREFEITA MUNICIPAL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO CAÍ - CIS/CAÍ CARLOS ALBERTO FINK DIRETOR EXECUTIVO.

TESTEMUNHAS:	
CPF N° -	CPF N° -